

Carnaval, alegria do povo



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Passou 2025 e o carnaval veio chegando. Já começou a folia, quando as coisas vão esquentar e as águas, rolar: as águas de inverno e aquelas que passarinho não bebe — só peru na véspera de Natal.

O carnaval nos foi trazido pelos portugueses, e suas origens, segundo dizem, remontam às festas pagãs da Grécia muito tempo antes de Cristo. Falam que era uma festa que louvava as colheitas e celebrava a fertilidade da terra. E — claro — caíam na gandaia.

Mas o que se sabe mesmo é que chegou ao Brasil no bojo das caravelas portuguesas que traziam as festas populares da Europa, a maior de todas em Veneza, com direito a máscaras, fantasias e outras roupas mais.

No Brasil, como o futebol, tornou-se um folguedo do povo que hoje tem a marca da cultura popular brasileira. Aqui as nossas estações não são reguladas pela rotação da Terra em torno do Sol, mas pelas festas: carnaval, são-joão, tempos sem festa e Natal. Diz-se que o nome carnaval vem do latim “carne vale”, que significa adeus à carne, com o controle dos prazeres mundanos.

A festa foi associada à religião lá pelos anos 500, depois de Cristo, e era o tempo da preparação para os 40 dias quaresmais, em que

todos teriam que fazer jejum e rezar, preparando o espírito para lembrar o martírio de Jesus. Então, o homem, que dá um jeitinho para tudo, achou que deviam se preparar para os dias sem pecados pecando! E haja festa, vinhos e mulheres.

Aliás, por falar em mulheres, lembro do nosso grande poeta Manuel Bandeira — de quem fui amigo —, nos seus versos: “Que mais queres, / Além de versos e mulheres?... / — Vinhos... o vinho que é o meu fraco!... / Evoé Baco!”

Cabral, quando saltou nas praias de Porto Seguro, descobrindo o Brasil, encontrou as índias “descobertas” e logo armou o nosso primeiro carnaval. Saltaram alguns marinheiros na praia e, com o maracá dos índios e uns tambores, para confraternizar, fizeram uma batucada. E foi uma algazarra geral.

O carnaval é uma festa da imaginação vivida de um jeito em cada lugar e em cada um de nós. O do Rio sempre foi um teatro a céu aberto, com os enredos das escolas na Marquês de Sapucaí. São Paulo já apresenta um espetáculo de altíssima qualidade. Tanto lá como em diversas capitais imperam os megabloco, juntando na dança centenas de milhares de pessoas — mais de 300 mil foliões brincando juntos, alguns passando de um milhão! Nas cidades Brasil afora, também se brinca na rua com toda a força e alegria como no fim do século passado.

No Maranhão, o carnaval sempre foi marcante. Com sua forte identidade cultural, misturou ritmos que não se encontram em outros lugares: matracas e pandeiros se juntam ao reggae e às marchinhas, arrastando os foliões num espetáculo à parte. Quem ainda não foi, precisa

ir ao Maranhão conhecer a mágica do bumba meu boi convivendo com o reggae.

Roseana, que gosta de alegria, renovou o nosso carnaval e outras festas do nosso folclore — uma maneira de salvar a cultura popular, a grande força de identidade do brasileiro. Hoje, o Maranhão tem um dos grandes carnavais do Brasil. E está de arromba. Haja perna para pular e força para bebericar.

É tempo de alegria, a marca do povo brasileiro. Afinal, dizia-me um caboclo do Maranhão em relação à vaquejada (outra festa que marca a força cultural do sertanejo):

“Nada mais triste do que o fim de uma vaquejada, a saudade da dança de roda.”

Perguntei: E qual o consolo?

“A certeza de que, na outra semana, vai ter outra vaquejada.”

Um irmão de minha avó faleceu num sábado de carnaval. Mas um tio meu, farrista e carnavalesco, já tinha mandado fazer a fantasia. Então, pediu à família: “Só me comuniquem o falecimento na quarta-feira, para eu começar meu luto”.

Agora, o governador Brandão está fazendo no Maranhão um dos maiores carnavais, na Litorânea e em outros circuitos. Nomes consagrados, como Ivete Sangalo, Léo Santana, Alok e o Bloco da Anitta etc., estão arrastando mais de meio milhão de pessoas!

Quando ouço reclamarem que estão gastando dinheiro com festas, sempre contesto: o povo, que sofre tanto, tem que ter direito de curtir dias de alegria.

E haja samba, pagode, forró, piseiro, pop, axé, funk, reggae, coco de roda, tambor de crioula...



O problema dos juros no Brasil



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU)

Recentemente, o Comitê de Política Monetária (Copom) reuniu-se para decidir a meta para a Taxa Selic vigente nos próximos 45 dias. A decisão foi pela manutenção em 15% ao ano, o que traz algumas implicações não desprezíveis. A escolha por um juro básico de 15% ao ano, em um contexto de queda da inflação acumulada, gera uma taxa real de juros ex ante mais elevada. Pelos dados mais recentes (IPCA de janeiro de 4,4%), a taxa real de juros ex ante (juro esperado para o futuro) estaria próxima dos 10,6% (15% - 4,4%).

Uma avaliação mais refinada do tema sugere que avaliar o patamar da taxa real de juros deve ser considerado alto, ou baixo, a partir da comparação com uma taxa de referência, a chamada taxa neutra de juros. A definição de juro neutro (ou natural) é datada da obra seminal de Knut Wicksell (1890); em termos mais contemporâneos, é tratada como a taxa de juros real que não exerce influência sobre a inflação. Em outras palavras, se a taxa real de juros for igual à taxa neutra, a política monetária está se comportando de tal modo que nem estimula nem desestimula a atividade e, consequentemente, os preços.

Estimativas recentes do próprio Banco Central do Brasil (BCB) indicam que a taxa neutra de juros no Brasil é próxima a 5,5%. Isso posto, a decisão de manter a Selic em 15%,

gerando uma taxa real de 10,4%, indica que o juro real no Brasil está 4,9% acima do neutro. Esse é o grau de contração da política monetária. Se na reunião anterior o BCB tivesse optado por um corte de 0,25 ponto base na Selic, a política monetária continuaria no campo contracionista, porém com um grau de contração mais fraco (4,7%). Portanto, não se trata de mudar a orientação da política monetária, mas, sim, de recalibrar. No seu comunicado, o BCB justificou a sua decisão pela manutenção da taxa nominal; destaco dois pontos: resiliência do mercado de trabalho e expectativas de mercado desancoradas.

Começando pelo primeiro argumento, ao alegar que a decisão de manter juros altos se deve ao comportamento do mercado de trabalho, o BCB está fundamentado na tradicional literatura da curva de Phillips (e o seu eventual trade off de curto prazo entre inflação e desemprego). A dinâmica recente de desinflação, no entanto, tem ocorrido apesar da resiliência do mercado de trabalho no Brasil. Levantei esse ponto em coluna recente neste mesmo jornal, denominada Inflação e mercado de trabalho. Refinamentos recentes na literatura envolvendo a Curva de Phillips sustentam que, sob certas circunstâncias, nenhum resfriamento no mercado de trabalho precisa ser verificado para que uma desinflação em preços ocorra. Esse parece ser o caso da economia brasileira no presente. Isso posto, as preocupações do BCB com o mercado de trabalho soam conservadorismo em excesso.

O segundo ponto, no entanto, parece mais problemático. Alegar expectativas desancoradas de inflação baseado nas medianas do Focus pode se mostrar um erro. No primeiro relatório de setembro de 2025, a mediana das

projeções para o IPCA estava em 4,85% para 2025 e 4,30% em 2026. O resultado do IPCA acumulado em dezembro de 2025 foi 4,2%, bem abaixo das previsões de três meses antes. Em resumo, o BCB entregou em 2025 a inflação esperada há três meses para 2026. Esses dados mostram que, mesmo no decorrer do ano, as projeções do Focus têm se mantido constantemente atrás da curva, indicando que calibrar a política monetária no patamar mais contracionista dos últimos 15 anos baseados nelas pode ser um erro do BCB com elevados custos macroeconômicos.

Um outro ponto que precisa ser incorporado nessa discussão envolvendo as previsões do Focus é que elas devem ser tratadas como endógenas. Em suma, por que essas expectativas têm sistematicamente subestimado o crescimento do PIB e superestimado a inflação? Há algo que o BCB possa fazer (além de manter juros excessivamente altos) para melhor coordenar essas expectativas? A minha opinião é que o Banco Central pode utilizar de alguns instrumentos de comunicação, talvez um guidance, para fazer um contraponto a essas expectativas. Colocando em outros termos, o BCB concorda que o IPCA 2026 será 4,3% ou ele tem argumentos para fazer o contraponto?

É importante destacar que a pesquisa Focus é estruturada a partir da agregação de medianas, há opiniões divergentes incorporadas no dado. A opinião do BCB pode exercer um relevante papel guiando essas expectativas para o seu reancoramento; é importante destacar que a postura da autoridade monetária tem sido tímida neste sentido. Em suma, não se deve normalizar juros demasiadamente altos, baseado em expectativas desancoradas que sistematicamente não se realizam a posteriori.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br

Hora da reforma

Num país em que a simples suspeita de uma operação policial foi suficiente para que malas de dinheiro fossem lançadas pela janela de apartamentos luxuosos, não surpreende que a descrença nas instituições tenha se tornado quase um sentimento nacional. Ao longo das últimas décadas, a imprensa brasileira revelou sucessivos escândalos de corrupção que atravessaram governos, partidos e poderes, consolidando a percepção de que o modelo político-administrativo vigente apresenta falhas estruturais profundas.

Não se trata de um episódio isolado ou de um desvio pontual. O Brasil assistiu, estarrecido, ao escândalo do Mensalão, revelado em 2005, que expôs um sofisticado esquema de pagamentos a parlamentares em troca de apoio político no Congresso Nacional. O julgamento no Supremo Tribunal Federal marcou um momento simbólico no enfrentamento da corrupção, com condenações de figuras de destaque. Contudo, ele também revelou a complexidade das engrenagens políticas que tornam possível a captura do Estado por interesses particulares.

Anos depois, a Operação Lava-Jato escancarou um sistema ainda mais amplo de corrupção envolvendo contratos da Petrobras, grandes empreiteiras, partidos políticos e agentes públicos de diversos níveis. A imprensa detalhou esquemas de superfaturamento, propinas milionárias e redes de financiamento ilícito de campanhas eleitorais. Executivos, empresários e políticos foram investigados, denunciados e, em muitos casos, condenados. O chamado Petrolão tornou-se símbolo de um modelo de governança baseado em alianças fisiológicas e no uso de estatais como moeda política.

Paralelamente, vieram à tona casos como o dos Anões do Orçamento nos anos de 1990, os escândalos envolvendo fundos de pensão, a má gestão e desvios em obras públicas, como as relacionadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas, além de denúncias mais recentes sobre emendas parlamentares, INSS, Banco Master e o chamado Orçamento Secreto. Governadores e prefeitos também figuraram em investigações relacionadas a fraudes em contratos de saúde, especialmente durante a pandemia de covid-19, quando compras emergenciais facilitaram práticas irregulares em estados e municípios.

Esses episódios evidenciam um problema sistêmico: a promiscuidade entre interesses privados e decisões públicas. Não é exagero afirmar que, em determinados momentos, organizações criminosas encontraram brechas para infiltrar-se em estruturas do poder, seja por meio do financiamento ilegal de campanhas, seja pela cooptação de agentes públicos.

Diante desse cenário, cresce a sensação de que o modelo político brasileiro, caracterizado por um número elevado de partidos, coligações pragmáticas e fragmentação parlamentar, favorece negociações pouco republicanas. A multiplicidade de legendas, muitas vezes sem identidade programática clara, transforma o processo legislativo em um terreno fértil para trocas de favores e loteamento de cargos. E o custo desse arranjo recai sobre o contribuinte, que financia um sistema partidário dispendioso e, frequentemente, desconectado das demandas reais da sociedade.

Não se trata de demonizar a política, elemento essencial da democracia, mas de reconhecer que sua prática no Brasil precisa ser profundamente revisada. A fragmentação partidária, ainda que tenha sido parcialmente reduzida por cláusulas de barreira e restrições a coligações proporcionais, continua a gerar instabilidade e barganhas que enfraquecem a coerência administrativa. Além da reforma política, impõe-se uma discussão mais ampla sobre a própria estrutura do Estado.

O Judiciário, por exemplo, embora tenha desempenhado papel relevante no enfrentamento de grandes esquemas de corrupção, também enfrenta críticas relacionadas a morosidade processual, decisões conflitantes e percepção de desigualdade no tratamento de réus comuns e autoridades com foro privilegiado.

No Executivo, a cultura do presidencialismo de coalizão exige maiorias parlamentares amplas, frequentemente obtidas por meio da distribuição de ministérios, estatais e cargos estratégicos. Tal dinâmica pode enfraquecer critérios técnicos e fortalecer interesses político-partidários em detrimento do interesse público. No Legislativo, a opacidade na destinação de recursos e a fragilidade de mecanismos de fiscalização contribuem para a erosão da confiança social.

Diante desse quadro, propostas mais rigorosas surgem no debate público: transformar corrupção em crime hediondo e imprescritível; extinguir ou restringir drasticamente o foro privilegiado; endurecer regras de inelegibilidade; fortalecer mecanismos de compliance e transparência; aprimorar sistemas de controle interno e externo; e ampliar a digitalização e rastreabilidade dos gastos públicos. Há também quem defenda uma redução ainda mais significativa do número de partidos, com critérios mais severos de desempenho eleitoral. Contudo, qualquer reforma deve observar os princípios constitucionais e as garantias fundamentais.

O Brasil já demonstrou capacidade de enfrentar desafios históricos. A consolidação democrática após a ditadura militar, a estabilização econômica com o Plano Real e avanços sociais significativos mostram que transformações são possíveis. O combate estrutural à corrupção pode ser o próximo grande passo civilizatório, desde que conduzido com equilíbrio, respeito às instituições e determinação.

» A frase que foi pronunciada

“Não se pode fazer política com o fígado, conservando o rancor e ressentimentos na geladeira. A pátria não é capanga de idiossincrasias pessoais. É indecoroso fazer política uterina, em benefício de filhos, irmãos e cunhados. O bom político costuma ser mau parente.”

Ulysses Guimarães

» História de Brasília

Ajude a Campanha do Cobertor. Há muita criança com frio, sem agasalho, em Brasília. (Publicada em 15/5/1962)